



TCE EM PAUTA

ANO XIX - Nº 99

NATAL/RN

OUTUBRO A NOVEMBRO DE 2014

FALE, CRITIQUE E PARTICIPE. OUVIDORIA DO TCE: 0800-281-1935



RESÍDUOS SÓ SÓLIDOS

TCE CAPACITA EQUIPE PARA A FISCALIZAÇÃO

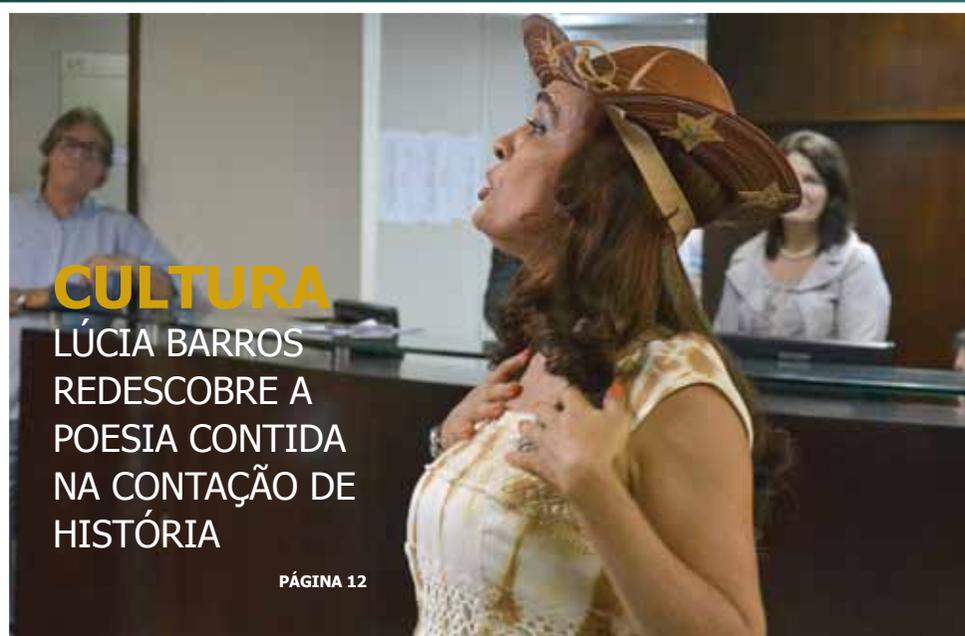
PÁGINA 4



EXERCÍCIO

PROJETO PROMOVE
A GINÁSTICA
LABORAL PARA
OS SERVIDORES

PÁGINAS 6 E 7



CULTURA

LÚCIA BARROS
REDESCOBE A
POESIA CONTIDA
NA CONTAÇÃO DE
HISTÓRIA

PÁGINA 12



ESTAGIÁRIOS

O Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte firmou no mês de agosto convênio com a Faculdade Mauricio de Nassau para realização de estágio curricular junto ao órgão de Contas.

CÂMARA DE CAICÓ

O presidente do TCE conselheiro Paulo Roberto Alves designou comissão de servidores para analisar despesa com pessoal no âmbito da Câmara municipal de Caicó/RN. São eles: Allan Ricardo Silva de Souza; Marcel Santos Revoredo, Aluísia de Almeida Rocha, Edvaldo da Silva Alves.

AUXÍLIO-MORADIA - I

Conselho Superior da Defensoria Pública da União (DPU) edita resolução que regulamenta concessão de auxílio-moradia a seus membros. O valor do benefício, dizem eles, não poderá ser inferior àquele pago aos membros do Judiciário.

AUXÍLIO-MORADIA - II

Além disso, A AMB quer extensão de auxílio-moradia para os inativos. De fato, a Associação pediu ao Supremo que também incluía os juízes aposentados para receber o benefício.

SISTEMA PRISIONAL

A OAB enviou nesta segunda uma ação ao STF para que detentos em condições degradantes e sub-humanas nos presídios brasileiros tenham direito a indenização por danos morais.



PERDÃO DA DÍVIDA

A Câmara dos Deputados aprovou uma medida que favorece os condenados por desvios de recursos públicos. Ou seja, as cobranças contra gestores que cometeram irregularidades vão ser pagas com redução ou até exclusão de juros e multas, e poderão ser parceladas em até 15 anos.

PROPOSIÇÃO

O mecanismo que concedeu o benefício foi feita a partir de uma emenda do senador Gim Argello (PTB-DF), integrante da comissão de deputados e senadores que analisou a Medida Provisória 651 que trata do Refis, programa que reduz juros e parcela dívidas tributárias.

APROVAÇÃO E SANÇÃO

Os deputados aprovaram o texto em votação simbólica, sem registro de voto individual. O texto da Medida Provisória ainda precisa passar pelo Senado e pela sanção da presidente Dilma Rousseff.

COBRANÇA

Esse tipo de dívida é cobrado pela AGU (Advocacia-Geral da União) após condenações da Justiça ou de órgãos de controle. Só em 2013, a AGU entrou com 2.100 ações cobrando o pagamento de R\$ 1 bilhão de valores desviados e multas. Desde 2009, são R\$ 6,6 bilhões acumulados.

Nos últimos três anos, a AGU já conseguiu recuperar para os cofres públicos ou bloquear R\$ 1,7 bilhão.

Se a lei for aprovada, todos terão direito ao benefício, inclusive empresas condenadas a devolver bilhões desviados de obras públicas.

TCE EM PAUTA

COMPOSIÇÃO DO TCE

CONSELHEIROS

Presidente

Paulo Roberto Chaves Alves

Vice-Presidente

Carlos Thompson da Costa Fernandes

Presidente da 1ª Câmara

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

Presidente da 2ª Câmara e Corregedor-Geral

Tarcísio Costa

Ouvidor

Renato da Costa Dias

Conselheiro

Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

Conselheiro

Antônio Gilberto de Oliveira Jales

Auditor

Cláudio José Freire Emerenciano

Auditor

Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro

Secretário de Administração-Geral

Laércio Segundo de Oliveira

Secretário de Controle Externo

Jailson Tavares Pereira

Consultor Jurídico

Fernando de Araújo Jales da Costa

Chefe de Gabinete da Presidência

Jaime Mariz Neto

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

Procurador-Geral

Luciano Silva Costa Ramos

Procuradores

Carlos Roberto Galvão Barros

Luciana Ribeiro Campos

Othon Moreno de Medeiros Alves

Ricart César Coelho dos Santos

Thiago Martins Guterres

EXPEDIENTE

Assessor de Comunicação Social

João Batista Machado

Editor

Eugênio Parcelle

Repórteres

Andréia Moraes

Graciêma Maria Carneiro

Rosalie Arruda

Produção

Fátima Moraes

Hellays Silva

Revisão

João Maria de Lima

Fotos

Jorge Filho

Projeto Gráfico e Diagramação

Terceirize - (84) 3211-5075

Impressão

Solução Gráfica

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis - Natal/RN - CEP. 59.012-360

Telefone/Fax: (84) 3642-7278

Site: www.tce.rn.gov.br | E-mail: tce-ccs@rn.gov.br

Twitter: [@TCE_RN](https://twitter.com/TCE_RN) | Facebook.com/tcedorn

COPCEX

TCE CREDENCIADO PARA AUDITAR PROJETOS INTERNACIONAIS

O Tribunal de Contas está credenciado para auditar os projetos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no Rio Grande do Norte. A confirmação foi dada pelo BID que vai realizar uma solenidade, em data a ser definida em novembro, em São Paulo, reunindo todos os novos TC's incorporados ao sistema. Para o credenciamento, o Tribunal passou por um diagnóstico efetuado por consultores da instituição financeira, avaliando se a Corte de Contas reunia as condições necessárias para atuar neste novo segmento.

O trabalho foi realizado pelos consultores do banco Antonio Hideo Yamada e Felipe de Oliveira Gordin, que passaram uma semana em Natal e fizeram entrevistas com representantes da Comissão de Auditoria de Operações de Crédito Externo – COPCEX, Assessoria de Planejamento e Gestão, Escola de Contas e Assessoria de Comunicação.

Os consultores do BID foram recepcionados pelo secretário de Controle Externo, Jailson Tavares, pelos coordenadores da Comissão de Auditoria de Operações de Crédito Externo – COPCEX, Márcio Roberto Loiola Machado, e do Escritório de Planejamento e Gestão, Gláucio Torquato, e equipes. Os dois consultores se reuniram com as equipes específicas dos setores, observando, entre outros



Na segunda reunião, os consultores foram recepcionados pelo secretário de Controle Externo e equipes da Copcex e EPG

aspectos, marco normativo, normas internas e regulamentos, procedimentos de controle e qualidade, estrutura organizacional e, por fim, abordagem de auditoria.

Uma primeira reunião entre o BID e o TCE foi realizada na segunda semana de julho, quando foi informado que, inicialmente, a proposta é que os técnicos do TCE auditem o PROFISCO/RN, projeto de integração e modernização da administração fiscal e financeira do Estado, realizado pela Secretaria Estadual de Tributação, com custo esti-

mado em US\$ 8,3 milhões, sendo US\$ 7 milhões financiados pelo BID e o restante contrapartida do Governo do RN. Na ocasião, os representantes do BID no Brasil, German Zappani, Santiago Schneider e Haroldo Vieira fizeram uma apresentação mostrando como o banco funciona e o interesse de fortalecer parcerias com entidades fiscalizadoras, fortalecendo o controle externo.

Para aquisição da certificação, o Tribunal é submetido a um diagnóstico das Entidades Superiores de Fiscalização (EFS), de modo a permitir “(...) ao

Banco conhecer as práticas de auditorias efetuadas por tais entidades, e ao mesmo tempo ajudar a estabelecer sua linha de base, para posteriormente medir o nível de avanço em relação a sua aderência aos padrões internacionais de auditoria emitidos pelo *International Organization of Supreme Audit Institutions – INTOSAI*”. Atualmente, doze Tribunais de Contas do País, inclusive o TCU, firmaram parceria com o BID. Além do Rio Grande do Norte estavam em processo de certificação os Tribunais de São Paulo, Pernambuco e Tocantins.



Procurador Luciano Ramos: mudanças significativas no MPC

MPJTCE

LUCIANO RAMOS É REELEITO PARA MAIS UM MANDATO

O procurador Luciano Costa Ramos foi reeleito para o segundo mandato à frente do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, relativo ao biênio 2015/2016. A eleição foi realizada pelo Conselho Superior do Ministério Público de Contas na sala da Procuradoria Geral, em conformidade com o calendário eleitoral. Na quinta (09/10), a lista com os integrantes do MPC foi encaminhada para

nomeação por parte da governadora Rosalba Ciarlini.

Formado pela Universidade Federal da Bahia e mestre em direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), este baiano de nascimento se considera “soteropotiguar”, tendo recebido o título de Cidadão Norte-rio-grandense, numa proposição da deputada Larissa Rosado (PSB).

Ao longo da sua primeira gestão,

Luciano Ramos implementou mudanças significativas no Ministério Público de Contas, dando ainda mais relevância ao órgão, desencadeando processos de controle, fiscalização e aprimoramento de políticas públicas em áreas estratégicas, como saúde, educação e segurança, entre outras. Atualmente, além do MPC, também preside o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas (CNPJG).

MEIO AMBIENTE

EM DEBATE O PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O Ministério Público de Contas (MPJTCE), Ministério Público Estadual e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos realizaram seminário para os técnicos do TCE sobre o Plano Estadual de resíduos sólidos. Na ocasião foi apresentada a proposta de regionalização dos consórcios públicos de resíduos sólidos no Estado. Atualmente, existem no Rio Grande do Norte 177 lixões a céu aberto e apenas dois aterros sanitários, o de Ceará Mirim que atende oito municípios da grande Natal, e o de Mossoró.

De acordo com a Secretaria, o estado produz diariamente quase duas toneladas de resíduos sólidos. Apenas 86% da população dispõe de serviço de coleta domiciliar. Na maioria dos municípios a coleta seletiva é precária e o destino final dos resíduos quase sempre é o lixão. Em parceria com a Secretaria, os municípios de Caicó, Jardim do Seridó, Parelhas, São José do Seridó e Timbaúba dos Batistas criaram, em 2009, o primeiro consórcio público para tratamento e destinação final de resíduos sólidos do Estado. Segundo a coordenadora do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, Emília Margareth, a Lei 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, trouxe incentivos importantes como a responsabilidade compartilhada, e mais estímulos para a coleta seletiva e a participação dos catadores de material reciclável.

O Promotor de Justiça, João Batista Machado Barbosa, frisou que há uma busca cada vez maior pela sustentabilidade do meio ambiente. “É preciso evitar a geração exacerbada de lixo e mandar para os aterros apenas o rejeito, ou seja, tudo aquilo que não pode reciclado ou reaproveitado”. Segundo ele, a Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê o fechamento dos lixões; a adequada disposição final dos rejeitos; a



Coordenadora do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, Emília Margareth



Conselheiro Gilberto Jales, proponente do seminário

inserção sócio produtiva dos catadores; consórcios de municípios e uma articulação dinâmica entre o Ministério Público e o TCE para orientar e fiscalizar todas essas ações.

O Procurador-Geral do MPJTCE, Luciano Ramos, encerrou o seminário apresentando as vantagens dos consórcios públicos. Hoje, esses mecanismos são bastante utilizados nas áreas de saúde, transporte, saneamento básico, fornecimento de água e coleta e tratamento de resíduos sólidos. Segundo o procurador, o consórcio público além de ser uma solução para um problema comum, garante eficiência na prestação do serviço público e otimização dos recursos.

Considerado um dos maiores pro-

blemas da atualidade, os resíduos sólidos resultam das atividades do homem em sociedade, devido ao seu poder de consumo, entre outros fatores. De acordo com a Lei nº 12.305/2010, resíduos sólidos tratam de material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade. Mesmo sendo um serviço de responsabilidade direta das administrações municipais, o quadro de resíduos sólidos no Rio Grande do Norte é preocupante, com a presença de lixões em todas as regiões do Estado, ocorrendo indiscriminadamente o lançamento dos resíduos a céu aberto, a queima, a presença de vetores e animais, além da existência de catadores.

OUTUBRO ROSA

PALESTRA ORIENTA SERVIDORES SOBRE CUIDADOS COM O CÂNCER DE MAMA

Em alusão ao Outubro Rosa, o Tribunal de Contas do Estado (TCERN) promoveu palestra para os servidores, na terça-feira (21), ocasião em que a mastologista Patrícia Gonçalves Medeiros abordou a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama. O bate-papo com a médica durou mais de uma hora com a participação de um grande número de funcionários do TCE.

Desde 1990 o movimento internacional é realizado de diversas maneiras, com o intuito de conscientizar a população. Um laço rosa simboliza a luta contra o câncer de mama, a segunda maior causa de mortes entre as mulheres, sendo a maior entre os cânceres.

A mastologista mostrou a incidência do câncer no Brasil, os fatores de riscos e como evitar a doença. Além disso, abordou a prevenção, o diagnóstico e o tratamento do câncer. A palestra de orientações teve a intenção de estimular a detecção precoce do câncer, principalmente através do auto-exame das mamas, que aumenta as chances de cura.

De acordo com a médica, a primeira mamografia deve ser feita entre os 35 e 40 anos, para análise e comparações com exames futuros. Após os 40 anos, deve-se realizar a mamografia uma vez por ano.

“Cabe ao médico mastologista analisá-la em conformidade com o exame físico, histórico familiar, queixas, entre outros, para decidir a conduta, caso a caso”, orientou Patrícia.

A médica mostrou com imagens e exemplos que o diagnóstico e o tratamento precoce são fundamentais e aumentam a expectativa de vida do paciente. Ela ensina que alguns tipos de câncer podem ser evitados pela eliminação da exposição aos fatores determinantes. Se o potencial de malignidade for detectado antes de as células tornarem-se malignas, numa



Dra. Patrícia tira dúvidas sobre os cuidados para evitar o câncer de mama

fase inicial da doença, o tratamento pode ser muito mais eficaz e com grande chance de cura.

Com explicações detalhadas, a médica deu um panorama da doença no Brasil. “São 156 novos casos diariamente. Um caso, a cada dez minutos”, alertou. Também mostrou que a doença atinge cada vez mulheres mais jovens. “Abaixo de 50 anos, no Brasil”, disse.

A médica informou que no Rio Grande do Norte a região do Seridó é a que apresenta um maior índice de mulheres acometidas da doença.

Os dados do Ministério da Saúde indicam um registro de 7.157 casos de câncer de mama no Brasil até julho de 2014. Número bem abaixo dos 57.120 estimados pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA). Desse total, o RN teria uma estimativa de 660 novos casos.

ANGELINA JOLIE

A doutora Patrícia Medeiros encerrou a explanação mostrando o exemplo da atriz americana Angelina Jolie que passou por uma cirurgia de retirada dos seios como prevenção ao câncer de mama, após descobrir ser portadora de mutação genética. À época, Angelina havia dito que os médicos estimaram em 87% o risco dela desenvolver a doença e, por isso, havia decidido encarar a dupla mastectomia.

“Esse teste genético é indicado apenas para casos de alto risco, quando a mulher possui histórico familiar de câncer de mama”, explicou Dra Patrícia. Nesses casos existe entre 40 a 80% de risco da mulher desenvolver a doença ao longo da vida. Com o exame é possível precisar o risco e, quando necessário, realizar a cirurgia preventiva de retirada do tecido mamário”.

GINÁSTICA LABORAL

ESTÍMULO PARA A PRÁTICA DE E MELHOR QUALIDADE

De 15 a 30 minutos, três vezes por semana. Este é o tempo que o servidor do Tribunal de Contas gasta (ou ganha, dependendo do ponto de vista) para melhorar a saúde e, conseqüentemente, a qualidade de vida. Trata-se da ginástica laboral, uma série de exercícios realizados no início das manhãs de segunda, quarta e sexta-feira e que terminam fazendo uma grande diferença no cotidiano das pessoas. “Trata-se de uma atividade compensatória no ambiente do trabalho”, explica a educadora física e professora da Universidade Potiguar, Millena Barbosa Câmara, responsável pela atividade há nove anos, lembrando que vem observando um aumento do interesse dos servidores para com a modalidade de educação física.

Os encontros são realizados na

área de circulação do Plenário, iniciando às 8h30m, com uma média de 10 a 15 participantes. Aparentemente simples, os exercícios propostos por Millena parecem “acordar” e “despertar” as articulações e os órgãos do corpo para mais uma jornada de trabalho. Mãos, pés, tronco, membros... tudo é movimento, executados de forma individual ou em dupla, em contrapartida as tensões ou lesões provocadas pela repetição das atividades no trabalho e por um mundo com indicadores que mais de 50% da população está acima do peso e passa boa parte do dia diante de um computador ou em frente a uma tela de televisão, o que termina resultando no aumento de doenças como hipertensão e diabetes, entre tantas outras.

A ideia, enfatiza Millena, é esti-

mular a prática da educação física. Nesta perspectiva estão sendo executadas algumas ações, desencadeadas pelo Sindicatas e sob a sua coordenação, que buscam dar oportunidade de “movimento”, inclusive fora do ambiente de trabalho. No dia 25 de outubro, antecipando a comemoração ao Dia do Funcionário Público (28/10), foi realizada uma caminhada na Trilha Mata Estrela, um percurso de 8 km em Baía Formosa. Para 29 de novembro está previsto uma manhã de lazer no Parque das dunas, com atividades físicas para os servidores e seus familiares. Para quem vem desenvolvendo este trabalho num órgão público, uma visão otimista dos resultados alcançados. “Hoje vejo melhorias significativas dos meus alunos”, finaliza a educadora física.



Na ginástica laboral os exercícios podem



EXERCÍCIOS DE VIDA



...m colaborar para um dia de trabalho mais produtivo



ARTIGO

A GINÁSTICA LABORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO ASSOCIADO A QUALIDADE DE VIDA

Ms. Millena Barbosa Câmara

O processo de industrialização e urbanização que vem ocorrendo desde o século XIX tem provocado importantes impactos no estilo de vida das pessoas, com repercussões que têm distanciado o homem da sua relação com a natureza, incluindo a forma como este dela se apropria para produzir bens e produtos, adquirindo comportamentos e hábitos sedentários numa busca de conforto e praticidade.

Essa condição tem favorecido o aparecimento de inúmeras doenças, dentre as quais, as denominadas doenças da modernidade, decorrentes do sedentarismo ocasionado pela queda das exigências das tarefas cotidianas e das tensões emocionais oriundas das crescentes exigências da produção nos ambientes de trabalho.

O movimento é inerente ao homem, e as condições de trabalho atuais, com alta repetitividade e monotonia, limitam a natureza humana a uma gestualidade mecanizada. O trabalho contínuo em uma mesma atividade pode causar alguns problemas, comprometendo a saúde e qualidade de vida dos trabalhadores.

O que acontece atualmente, principalmente devido à exigência do mercado de trabalho por produtividade, é que os servidores empenham-se em serem bons profissionais e se esquecem de cuidar da saúde física e mental.

Atenta a esse panorama, muitas empresas buscam formas de atenuar o impacto desses condicionantes por meio de práticas de cunho preventivo atreladas a programas que costumam ter como objetivo a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Dentre as mais utilizadas estão as campanhas antitabagismo, anti-alcoolismo, controle e prevenção de doenças metabólicas, hipertensão arterial, orientação nutricional e estímulo à atividade física dentro e fora da empresa.

No que concerne às políticas praticadas pelas empresas no âmbito da proteção e cuidados com a saúde do trabalhador, percebe-se uma grande preocu-

pação com a prevenção, por meio de programas de exercícios laborais, compensatórios, ou ginástica de pausa.

Para Figueiredo e Alvão (2010), a Ginástica Laboral (GL) é uma atividade física realizada durante a jornada de trabalho, com exercícios de compensação aos movimentos repetitivos, à ausência de movimentos, ou a posturas desconfortáveis assumidas durante o período de trabalho.

Com duração de 10 a 15 minutos, a GL é classificada em preparatória, compensatória, de relaxamento e corretiva. Ela consiste em sessões de exercícios físicos educativos de alongamento, respiração, reeducação postural, controle corporal, percepção corporal, fortalecimento e compensação dos grupos musculares envolvidos nas tarefas operacionais, respeitando o limite fisiológico e vestimenta de cada colaborador.

A Ginástica Laboral proporciona benefícios, tanto para o trabalhador, quanto para a empresa. Além de prevenir as lesões por esforço repetitivo (LER) e os distúrbios osteomuscular (DORT), ela tem apresentado resultados mais rápidos e diretos com a melhora do relacionamento interpessoal, o alívio das dores corporais, como também, efeitos benéficos de ordem psicológico, no combater o estresse, aumenta o poder de concentração e promovendo o espírito de equipe, aumentando a confiança do grupo.

É de grande importância prática e teórica não levar em consideração o aumento de produtividade de uma empresa, baseando-se só pela Ginástica Laboral, mas, por um conjunto de atributos que envolvem a ginástica, a ergonomia, a produtividade.

Contudo fica evidente que a Ginástica Laboral é eficiente na prevenção das doenças ocupacionais, na melhoria da qualidade de vida do trabalhador e na diminuição do absenteísmo, agindo como parceiro na prática da atividade física para melhor saúde e qualidade de vida.

CAPACITAÇÃO

CURSO SOBRE EXECUÇÃO DA
DESPESA PÚBLICA ORÇAMENTÁRIA

O que é e como deve ser feita a despesa pública na esfera dos governos? Quais os passos que devem ser dados para a realização de uma compra ou aquisição de um serviço? Essas e outras perguntas foram esclarecidas pelo técnico Francisco Nascimento de Sousa, no curso Execução da Despesa Pública Orçamentária – Teoria e Prática, realizado pela Escola de Contas “Professor Severino Lopes de Oliveira, em setembro.

Participaram da capacitação agentes públicos de órgãos e entidades jurisdicionadas do TCE que, direta ou indiretamente, atuam na execução da despesa pública orçamentária, em especial, ordenadores de despesas, assessores jurídicos, servidores responsáveis pela execução orçamentária



Francisco Nascimento ministrou curso sobre despesas na esfera pública

e financeira, controladores, além de técnicos que atuam nas unidades de controle interno.

A programação constou de informações acerca da gestão de compras no

âmbito da Administração Pública; a despesa pública orçamentária: conceito, classificação e legislação pertinente, regimes de execução e estágios; o modo de organização de processos de execu-

ção da despesa pública; procedimentos atinentes ao regime ordinário ou comum de execução da despesa pública orçamentária: ações preliminares, modalidades de licitação; os estágios da liquidação e do pagamento da despesa e orientações acerca da forma de elaboração de toda a documentação a ser gerada para fins de composição dos autos de processos de execução da despesa pública orçamentária pelo regime ordinário ou comum, sob a ótica da doutrina, jurisprudência e legislação atualmente aplicáveis, em especial a atual Lei Orgânica do TCE/RN (Lei Complementar Estadual nº 464/2012), o Regimento Interno do TCE/RN em vigor (Resolução nº 009/2012-TCE/RN) e a Resolução nº 004/2013-TCE/RN. Todas as 40 vagas oferecidas foram preenchidas

EFICIÊNCIA

AUDITORIA COORDENADA NA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

O conselheiro do Tribunal de Contas, Gilberto Jales, entregou ao Secretário de Segurança Pública do Estado, Eliéser Girão Monteiro Filho, o ofício de requisição de informações nas áreas de governança e convênios. O objetivo é averiguar o índice de governança da SESED e a eficiência e eficácia da aplicação dos recursos recebidos do Governo Federal, através de convênios.

Em 2013, o TCU realizou levantamento nacional sobre a governança de segurança pública. Como resultado desse trabalho, foi produzido um índice de Governança de Segurança Pública (iGovSeg) para cada secretaria. A pontuação obtida por cada estado e pelo Distrito Federal se baseou nas respostas ao questionário enviado pelo TCU, representando, portanto,

uma avaliação autodeclaratória. A partir de agora, será realizada uma auditoria in loco para atestar a fidedignidade das respostas que balizaram o cálculo do iGovSeg de cada secretaria de segurança pública estadual. TCU e os Tribunais de Contas Estaduais irão trabalhar juntos, de forma coordenada, em oito estados: Rio Grande do Norte, Rondônia, Tocantins, Maranhão, Alagoas, Minas Gerais, Santa Catarina e Goiás.

Estiveram presentes à reunião técnicos do TCE e TCU. Os inspetores de controle externo do Tribunal de Contas do Estado, Evandro Alexandre Raquel e Fladjane Soares de Souza, atuarão precisamente na aferição dos índices de governança e gestão da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Gilberto Jales



Conselheiro Gilberto Jales apresenta proposta da auditoria ao Secretário de Segurança, Eliéser Girão

afirmou que a auditoria coordenada irá servir de subsídio para o próximo gestor. “Esse trabalho pode ser usado

como uma ferramenta de planejamento e direcionamento das ações do novo governo”, disse.



Representantes do Sebrae e do TCE na abertura do curso sobre a Lei geral da

MERCADO

CURSO ABORDA ASPECTOS INOVADORES DA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Uma parceria entre o Tribunal de Contas do Estado, através da Escola de Contas Professor Severino Lopes, e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, possibilitou a realização do curso “Compras Governamentais”, capacitando os servidores do TCE para os aspectos práticos e operacionais da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, sobretudo a aspectos do capítulo V da Lei Complementar 123/2006.

“Os gestores públicos e compradores precisam ser sensibilizados, informados e treinados quanto à importância das compras governamentais como instrumento de desenvolvimento econômico local sustentável. Eles serão agentes transformadores e essa mudança exigirá a alteração dos paradigmas tradicionais”, explicou o advogado Fabricio Magalhães, consultor do Sebrae e um dos instrutores do início do curso.

A proposta é debater, à luz da legislação, o que deve ser feito para incorporar as compras das Micro e Pequenas Empresas - MPE e dos Microempreendedores Individuais- MEI em todos os processos de compras públicas. O curso apresenta uma visão geral sobre conceitos inovadores que estão sendo incluídos nas compras governamentais, como a Sustentabilidade e o Regime Diferenciado de Contratação, sugerindo de maneira objetiva formas para que essas inovações incorporem os pequenos negócios nos processos de aquisição pública.

A proposta gerou expectativa entre os participantes. “Espero aprofundar os conhecimentos nesta matéria. Para fiscalizarmos, temos que conhecer bem o objeto em questão”, relatou o diretor de controle externo do TCE, Jailson Tavares. “Precisamos aprimorar a nossa capacidade de análise”, enfatizou assessor da Secretaria de Administração Geral do Tribunal, Luzenildo Morais.

ENTENDA MELHOR

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas delimita essa categoria como as que faturam até R\$ 2,4 milhões anuais, ficando assim divididas:

MICROEMPRESA: pessoa jurídica que fatura até R\$ 240 mil ao ano.

PEQUENA EMPRESA: pessoa jurídica que fatura mais de R\$ 240.00,01 até R\$ 2,4 milhões ao ano.

Em dezembro de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas - Lei Complementar nº 123/06.



CONDECORAÇÃO

PERSONALIDADES AGRACIADAS COM A “MEDALHA DO MÉRITO GOVERNADOR DINARTE MARIZ”

O Tribunal de Contas do Estado, como ocorre anualmente, concedeu a Medalha do Mérito “Governador Dinarte Mariz” a personalidades da vida cultural, política, educacional, científica e administrativa

do Rio Grande do Norte, além de outros agraciados no âmbito nacional. A solenidade foi realizada no plenário da Corte de Contas, dia 31 de outubro. Este ano foram agraciada(o)s :



DÉBORA ARAÚJO SEABRA MOURA -

Natural de Natal, professora e escritora. Venceu os obstáculos impostos pela Síndrome de Down, em face da obstinação, perseverança e dedicação dos pais. Hoje é um exemplo de vencedora. Já fez palestras no Congresso Nacional em 2013 (Câmara dos Deputados) e no plenário da Organização das Nações Unidas (ONU), Nova Iorque, num evento comemorativo ao Dia Internacional da Síndrome de Down em 2014. Em 2013, publicou o livro “Débora conta histórias” com prefácio do renomado escritor João Ubaldo, recentemente falecido.



JOSÉ RICARDO LAGRECA DE SALES

CABRAL - Pernambucano do Recife, graduou-se em Medicina pela Universidade Federal daquele Estado, em 1970. Atualmente, é professor adjunto IV do Departamento de Cirurgia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Superintendente do Hospital Universitário “Onofre Lopes”, da UFRN, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Possui o título de Pós-Graduação (mestrado) em cirurgia cardiovascular pela Universidade Federal de Pernambuco em 1980. É autor de trabalhos publicados em revistas nacionais e internacionais.



JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES -

Gaúcho de Santo Ângelo, é graduado administração. Começou na vida pública como vereador e, posteriormente, deputado estadual (duas vezes). Logo em seguida, deputado federal por três legislaturas consecutivas. Renunciou ao último mandato em 2005 ao ser indicado Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) - instituição que preside. Foi eleito por seus pares em 12/12/2012. Na condição de administrador de empresas, exerceu funções de relevo na iniciativa privada e na gestão pública. Participou, ainda, de missões internacionais no Japão, China, Canadá, Estados Unidos, Europa, América Latina e África.



JURANDYR NAVARRO DA COSTA -

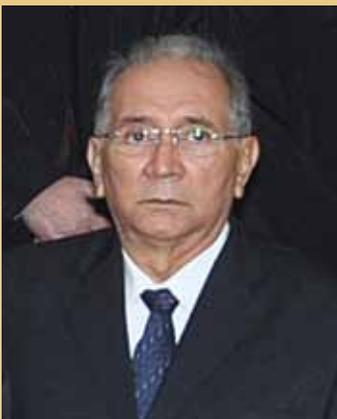
Advogado, formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife em 1956. Foi Promotor de Justiça Adjunto das comarcas de João Câmara e Santo Antônio no RN. Consultor Jurídico do IPE. Assessor Jurídico da Prefeitura de Natal, procurador aposentado do Estado. Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação do Estado, chefe de gabinete da Reitoria da Universidade do Rio Grande do Norte; Secretário de Justiça e Secretário Sem Pasta do Governo do Estado. É escritor e membro da Academia Norte-riograndense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e de outras instituições educacionais e culturais do Estado.



MANOEL DE MELO MONTENEGRO (*In memoriam*) - Nasceu na Vila de Sacramento (Hoje Ipanguassu) em 1894. Foi um dos maiores agropecuaristas do Estado e dos mais influentes coronéis da política do Rio Grande do Norte. Seus filhos Edgar, Nelson e João Batista Montenegro foram prefeitos de Assu, Ipanguassu e Afonso Bezerra, respectivamente, além de deputados estaduais. Ingressou na vida pública a convite do coronel Antônio Carvalho, chefe político em Santana dos Matos. No período de (1922 a 1925), foi eleito intendente. Em seguida, seria eleito deputado estadual e novamente intendente em 1927. Manoel Montenegro foi representado por sua neta, Rizza Maria Montenegro.



SÁTIRO CAVALCANTI DANTAS - Nasceu em Pau dos Ferros, mas se tornou ícone da educação do Rio Grande do Norte em Mossoró, que se tornaria sua pátria emocional para o resto da vida. Padre Sátiro, como é conhecido, foi professor e diretor do Colégio Diocesano Santa Luzia, naquela cidade, durante décadas, educando várias gerações de jovens que passaram pelo tradicional educandário. É um dos fundadores da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). O sacerdócio e a educação são marcas registradas de sua dedicação ao próximo.



MANOEL TORRES DE ARAÚJO (*in memoriam*) - Nasceu em Timbaúba dos Batistas, que na época pertencia a Caicó, cidade onde se projetou como empresário de sucesso e político bem-sucedido. A vocação empresarial foi dividida com a política, pelos insistentes apelos dos amigos que queriam vê-lo em seus quadros. Entre os quais, monsenhor Walfredo Gurgel que, posteriormente, seria governador do Estado. Manoel Torres foi um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD) no RN, juntamente com Georgino Avelino, João Câmara, Walfredo Gurgel e outros. Na vida pública, foi deputado estadual quatro vezes, prefeito de Caicó duas vezes e suplente de senador. Carlos Alberto de Oliveira Torres, filho de Manoel Torres, recebeu a homenagem em memória do seu pai.



VALDECIR FERNANDES PASCOAL - É norte-rio-grandense da serra Luís Gomes. Bacharel em Direito, Economia, Administração e pós-graduado em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Pernambuco. Ingressou no TCE (PE) como Auditor de Contas mediante concurso público em 1993. Em 2005, assumiu o cargo de conselheiro, na vaga destinada aos auditores. Já presidiu o Colégio de Corregedores e Auditores dos Tribunais de Contas do país e foi vice-presidente do Instituto “Rui Barbosa”. Atualmente, acumula as funções de presidente do Tribunal de Contas de Pernambuco e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON). É professor de Direito Financeiro da Escola de Contas do TCE (PE).



MARLÚCIA DE SOUZA SALDANHA - Graduada em Serviço Social pela UFRN, a professora Marlúcia se especializou em planejamento e administração mediante cursos no exterior, especialmente, nos Estados Unidos e Europa. É professora/adjunto IV (aposentada) da UFRN, onde lecionou administração em Serviço Social e Planejamento, no curso de Pedagogia. Já exerceu os cargos de Secretária de Trabalho, Habitação e Assistência Social e Secretária para Assuntos de Governo do Estado; Secretária Municipal de Planejamento da Prefeitura de São Gonçalo do Amarante(RN); Atualmente exerce o cargo de coordenador-geral da Escola de Contas “ Professor Severino Lopes de Oliveira”.



WALTER PEREIRA ALVES - É Natalense. Deputado estadual (duas legislaturas). Pertence a uma família que tem tradição política no Rio Grande do Norte. Essa convivência diária o levou à vida pública como consequência natural. Possui curso de pós-graduação em Gestão Pública pela Fundação Getúlio Vargas, além de ser empresário bem-sucedido. Como parlamentar é autor da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) fixando que 8% do orçamento geral do Estado seja destinado à segurança pública, a partir de 2015, e também da lei “Selo do Boi da Terra”, que isenta do ICMS a venda de carne bovina originária do Rio Grande do Norte, desde que seja comprovada a legitimidade. A lei é considerada uma conquista dos pecuaristas do Estado.



Lucia Bastos distribuindo cores através da contação de histórias/estórias

Para aquecer o CORAÇÃO

Minha construção embrionária se constituiu mais de histórias/estórias do que células. Meu avô, um dos humanos mais encantadores do meu universo infantil foi o primeiro artífice deste meu mundo mágico. Vovô não sabia ler nem escrever, mas este pequeno grande detalhe não o impediu de transmitir para filhos, netos e bisnetos todo o conhecimento que detinha através da oralidade, e isto era feito com muito amor. Digo que vovô não morreu, ele era uma grande porção de amor em forma humana e apenas se transformou em invisíveis particulares de afeto que, quando permito, se incorpora aos meus poros.

Porém, como nas histórias/estórias que ele contava, a idade adulta às vezes descolore a vida e eu vivi o meu tempo de cinzas quando me deixei

abater pelas frustrações, pela competitividade violenta e desumana que rege nosso cotidiano, pela intolerância e por outros estados da condição humana, até que numa linda manhã de sábado num sarau de poesias na Casa do Cordel voltei a enxergar o mundo das cores. Naquela manhã, dentre as várias criaturas lindas e encantadoras, uma em especial me cativou: Daluzinha Ávilis, uma outra porção de amor em forma humana. Daluzinha não conta apenas histórias/estórias, ela é um exercício pleno de ternura, doação, solidariedade, amor.

Fui convidada por Daluzinha para fazer parte da II Maratona de Contação de Histórias/Estórias e faço parte hoje do grupo de contadores amadores.

A contação de histórias/estórias tem resgatado o meu lado terno e afetivo, e isto é muito bom.

CONTAR HISTÓRIAS/ESTÓRIAS

O ato de contar histórias/estórias é um processo de transformação individual e coletiva, é permitir-se viver e conviver sem delimitações de tempo e espaço.

Antes da escrita, o conhecimento era difundido oralmente; contar histórias/estórias era a forma mais importante de transmissão de experiências. Hodiernameamente, a contação de histórias assume função imprescindível na formação e aprendizado de crianças e jovens, além de ser considerada e reconhecida como prática de um patrimônio cultural capaz de proporcionar prazer e entretenimento.

O ato de contar histórias/estórias propicia ao ouvinte a oportunidade de reconstrução de seus pensamentos, reflexões, visão de si e do mundo ao seu redor, pois como diz Rosanna Maria dos Santos:

“A contação de histórias pode revelar-se uma estratégia de sucesso, pois, ao reunir ficção e realidade, abre espaço para o imaginário e, ao mesmo tempo, permite repensar o real, dessa relação, o indivíduo reelabora suas certezas, e muitas vezes, modifica seu comportamento.”

Numa sociedade marcada pela percepção do individualismo, a competitividade atua de forma implacável e agressiva em todos seus setores. A contação de histórias/estórias funciona como prática viva de culto à cooperação, compaixão, solidariedade, amizade, devoção, ternura, tolerância, ao amor e a paz. Somente esses valores sem preço no mercado alimentam nossa alma com oxigênio humano e nos fazem felizes.

Precisamos contar e recontar que o mundo, como diz Leonardo Boff, não é redondo, mas sim inacabado, ele nasce todos os dias e nascemos com ele; somos parte do mundo, só competindo a nós a possibilidade de deixarmos a nossos sucessores uma história em que desigualdades, ambição, intolerância, indignidade e falta de amor sejam apenas mito sobre um monstro cruel transformado por nós em um duende da paz.